

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

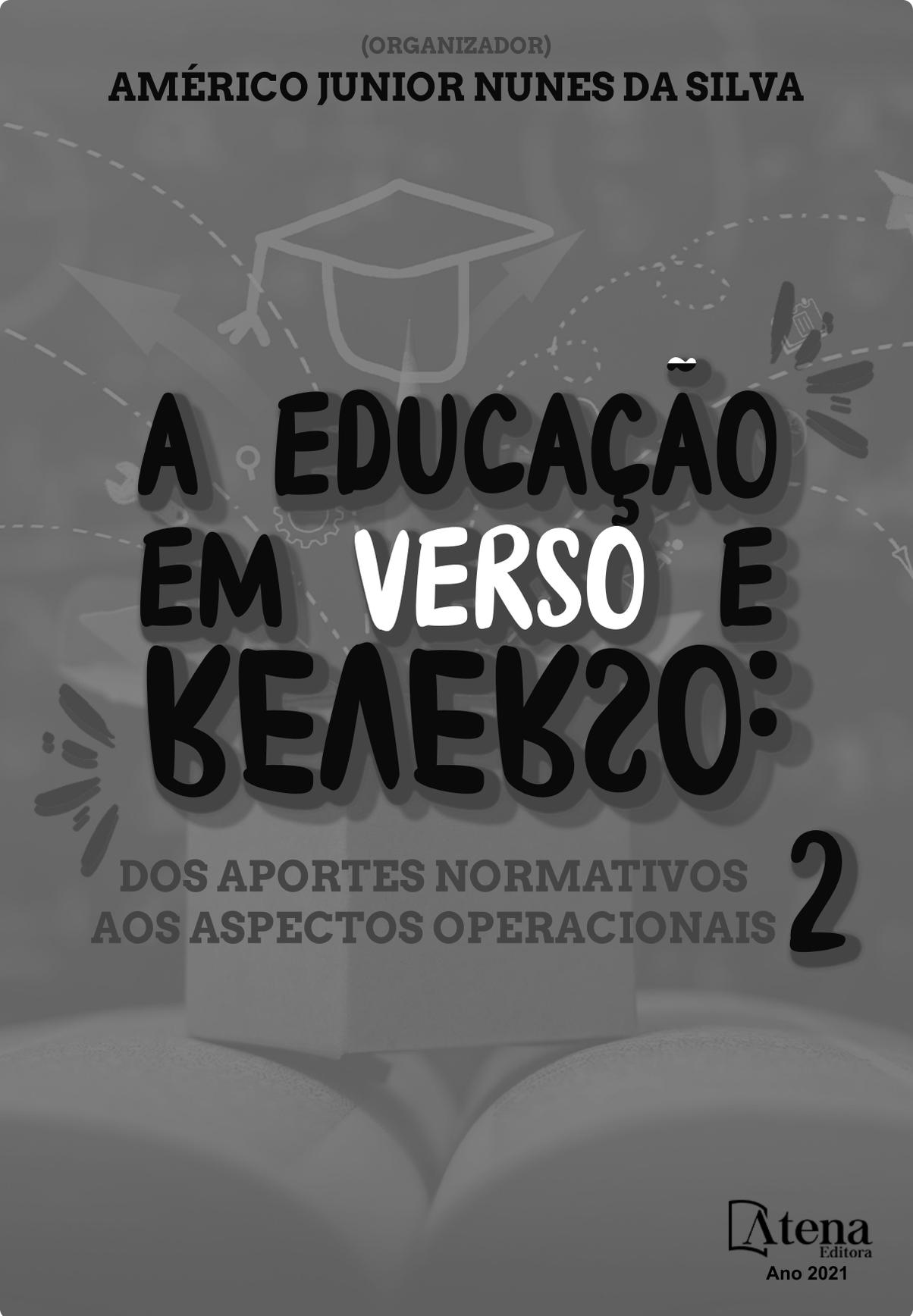
A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

2

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA



A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

**DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS**

2

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-239-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.392210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Otília Martins de Magalhães

Rita de Cássia Cristofoleti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109071>

CAPÍTULO 2..... 12

EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADORA DE SABERES

Ana Maria Petraitis Liblik

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109072>

CAPÍTULO 3..... 24

POLÍTICA DE INCLUSÃO E SEUS PILARES: A EXPERIÊNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO EM EPT

Lizandra Falcão Gonçalves

Mariglei Severo Maraschin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109073>

CAPÍTULO 4..... 36

DOCENTES AFRODESCENDENTES NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE DADOS ESTATÍSTICOS RACIAIS

Francisco Anderson Varela Bezerra

Kássia Mota de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109074>

CAPÍTULO 5..... 44

O ACESSO AO CURRÍCULO ESCOLAR POR ALUNO COM DEFICIÊNCIA ATENDIDO EM AMBIENTE DOMICILIAR

Sandra Adriana Scarpatti

Rita de Cassia Cristofoleti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109075>

CAPÍTULO 6..... 55

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: REFLEXÕES SOBRE ENSINO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA E NA UFMT (ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DOCÊNCIA)

Ana Paula Elias Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109076>

CAPÍTULO 7..... 62

DESAFIOS DO ENSINO PRESENCIAL EM ÉPOCA DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PERSPECTIVA DOS ALUNOS DE UM CURSO SUPERIOR PRESENCIAL

Luciano Furtado Corrêa Francisco

Alessandra de Paula

Roberto Candido Pansonato

Elton Ivan Schneider

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109077>

CAPÍTULO 8..... 72

O LUGAR DAS TDIC NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFSC

Grayce Lemos

Rosely Zen Cerny

Elizandro Maurício Brick

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109078>

CAPÍTULO 9..... 80

UM OLHAR SOBRE A QUÍMICA NA PERSPECTIVA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA DE SALINAS-MG

Eliana Ramos Figueiredo

Elízio Mário Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109079>

CAPÍTULO 10..... 87

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTAS AO ENSINO DE GEOGRAFIA

Ana Rita Xavier

Aline Fernandes Brown e Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090710>

CAPÍTULO 11..... 101

O CORPO E A CIDADE À LUZ DOS OLHARES E NARRATIVAS DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Letícia de Souza Blanco

Carla Cristiane Souza da Silveira

Maria Cristina de Queiroz Barbosa

Viviane Penso Magalhães

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090711>

CAPÍTULO 12..... 113

NARRATIVAS VISUAIS NA PROSA DO MUNDO

Tereza Ramalho de Azevedo Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090712>

CAPÍTULO 13..... 129

LETRAMENTOS ACADÊMICOS EM CONTEXTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Paula da Silva Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090713>

CAPÍTULO 14	150
TECNOLOGIA ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Elisangela Dias Brugnera	
Maria Angélica Dornelles Dias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090714	
CAPÍTULO 15	159
POTENCIALIDADES DO ENSINO <i>ONLINE</i> NO ALARGAMENTO DO ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
Ana Luísa Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090715	
CAPÍTULO 16	169
A ARTE DO <i>GRAFFITI</i> NA ESCOLA: INTERVENÇÃO ARTÍSTICA E EDUCACIONAL	
Gleydson Rogério Coutinho	
Mislayne Lima Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090716	
CAPÍTULO 17	182
ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA DOCENTE	
Mateus Souza de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090717	
CAPÍTULO 18	196
SABERES E DOCÊNCIA VIRTUAL: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA JUNTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	
Adarita Souza da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090718	
CAPÍTULO 19	207
DESEMPENHO DOS/AS ESTUDANTES DE RIO VERDE- GOIÁS NA AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO	
Fernanda Barros Ataídes	
Olenir Maria Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090719	
CAPÍTULO 20	219
A GESTÃO ESCOLAR NA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O CASO DA ESCOLA “TRÊS EM UM”	
Isabel Matos Nunes	
Márcia Alessandra de Souza Fernandes	
Giselle Lemos Schmidel Kautsky	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090720	
CAPÍTULO 21	231
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO ENSINO SECUNDÁRIO EM	

MOÇAMBIQUE

Sarifa Abdul Magide Fagilde

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090721>

CAPÍTULO 22..... 240

AS SENSIBILIDADES NA SALA DE AULA NO SÉCULO XXI E OS DESAFIOS DO PROFESSOR

Nágila Valinhas de Castro e Souza

Antonio da Paixão Barroso Filho

Fabiana Amaral Bouchardet Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090722>

CAPÍTULO 23..... 244

O DIREITO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COM EQUIDADE A TODA SOCIEDADE BRASILEIRA POR MEIO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Natanielly de Paula Freitas

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite

Mileide Terres de Oliveira

Juliano da Cruz Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090723>

CAPÍTULO 24..... 255

UM OLHAR PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Natanielly de Paula Freitas

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite

Mileide Terres de Oliveira

Juliano da Cruz Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090724>

CAPÍTULO 25..... 270

A PREPARAÇÃO BÁSICA PARA O TRABALHO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

José Maria Leite Botelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090725>

CAPÍTULO 26..... 283

ROBOTICA EDUCACIONAL LIVRE COMO METODOLOGIA ATIVA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS

Elcio Schuhmacher

Vera Rejane Niedersberg Schuhmacher

Douglas Ropelato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090726>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 295

ÍNDICE REMISSIVO..... 296

CAPÍTULO 3

POLÍTICA DE INCLUSÃO E SEUS PILARES: A EXPERIÊNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO EM EPT

Data de aceite: 01/07/2021

Lizandra Falcão Gonçalves

Universidade Federal de Santa Maria

Mariglei Severo Maraschin

Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO: Este trabalho apresenta parte de uma pesquisa realizada, vinculada à área de concentração Educação Profissional e Tecnológica e desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Colégio Técnico Industrial/UFSM. Ela faz parte dos estudos realizados na Linha de Pesquisa 1: Políticas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica. O mesmo traz uma análise da implementação dos pilares da política de inclusão Ação TECNEP, voltada para as pessoas com deficiência, em um campus de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. A pesquisa partiu da busca por referenciais Ribeiro (2016) Siluk e Paulo (2014) dentre outros. A metodologia escolhida consiste em pesquisa qualitativa, na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Investigou-se o campus por meio de entrevistas semiestruturadas, direcionadas aos servidores que atuam na política de inclusão e aos estudantes com necessidades educacionais especiais e as respostas foram registradas em diário de campo. Como resultados, há o entendimento de que os movimentos de implementação da Ação TECNEP no campus provocaram implicações

significativas para a Instituição, pois os pilares da política de inclusão: a inclusão, a permanência e a conclusão, evidenciam que eles foram concretizados.

PALAVRAS - CHAVE: Políticas públicas, Inclusão, Ação Tecnep.

ABSTRACT: This work presents part of a research carried out, linked to the Professional and Technological Education concentration area and developed within the scope of the Graduate Program in Professional and Technological Education, of the Colégio Técnico Industrial / UFSM.

KEYWORDS: Public policies, Inclusion, Tecnep Action.

1 | INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e da consequente acessibilidade é alvo de preocupação das instituições de educação em todos os níveis e modalidades de educação. De modo geral, os envolvidos nos processos educacionais, sejam técnicos ou professores, buscam informações a respeito da temática e participam, direta ou indiretamente, das questões que a envolvem.

Este trabalho tem como objetivo apresentar a análise do processo de implementação da política de inclusão em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desenvolvida em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. A política

em questão é a Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para pessoas com necessidades educacionais especiais - Ação TECNEP, a qual se pautou por pensar a educação inclusiva em EPT como um processo partindo de três pilares: a inclusão, a permanência e a conclusão.

Considerando que a temática desta pesquisa se insere no campo das ciências humanas o método acolhido foi o qualitativo (CRESWELL, 2007), na perspectiva do materialismo histórico dialético. De acordo com Frigotto, 2010:

[...] quero demarcar primeiramente a dialética materialista histórica enquanto uma postura, ou concepção de mundo; enquanto método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica. (p. 79).

Assim sendo esta pesquisa foi ancorada sobre as ações e experiências dos sujeitos envolvidos e nos movimentos desencadeados a partir das mesmas no processo de implementação da política de inclusão no campus do Instituto pesquisado.

Os procedimentos de pesquisa foram desenvolvidos por meio de entrevistas semi-estruturadas e diário de campo. As entrevistas ocorreram com as gestoras de diferentes períodos da implementação da Ação TECNEP e também com discentes inclusos na instituição, quanto aos registros em diário de campo, estes aconteceram durante as visitas ao Instituto.

Dessa forma, organizou-se este texto para dar conta dos objetivos propostos da implementação da política de inclusão em EPT em seis partes: as ações e experiências de inclusão no Instituto, as ações e experiências, a eliminação das barreiras arquitetônicas para a permanência, a prática rompendo com barreiras atitudinais, a experiência do campus com as barreiras pedagógicas, as barreiras comunicacionais e as experiências de conclusão.

21 A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO EM EPT: A AÇÃO TECNEP E SEUS PILARES

A política pública de inclusão em EPT Ação Tecnep, desenvolvida em âmbito nacional, depois de uma década em funcionamento, foi disciplinada em 2010 por meio de uma Portaria do Ministério da Educação. Neste documento os objetivos da política são expressos, já no primeiro parágrafo:

Art 1º - Disciplinar a forma de operacionalização da Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – TEC NEP, que tem por objetivo a inclusão, permanência e conclusão com êxito deste público-alvo em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica [...]. (BRASIL, 2010, p. 1).

No contexto desse estudo, fez-se necessário analisar as ações e as experiências de inclusão, permanência e conclusão dos estudantes as quais movimentaram o processo de implementação, com vistas a identificar as implicações geradas no campus.

2.1 As ações e experiências de inclusão no Instituto

O processo de concretização da inclusão em EPT inicia quando a pessoa com necessidade educacional especial acessa a vaga na instituição de educação profissional desejada. Os objetivos a serem atingidos pela Ação TECNEP pressupõem, primeiro, a inclusão dos sujeitos da política pelo acesso às vagas.

O campus do Instituto pesquisado, quando começou a implementar a política de inclusão (2005) ainda era um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), não tinha reserva de vagas. A exigência feita pela instituição era a comprovação de grau de estudo formal suficiente para o acesso à vaga desejada, ou seja, se a vaga a ser acessada era de nível técnico, o candidato deveria comprovar a educação formal recebida em nível fundamental; caso o curso fosse de nível superior, deveria comprovar o ensino médio, e assim sucessivamente, conforme relata a Gestora 2.

No ano de 2008, o CEFET passou a se chamar Instituto Federal de Ciência e Tecnologia, obtendo, em 2009, o regulamento de Ações Afirmativas, e, com isso, a reserva de vagas. Aos estudantes com necessidades educacionais especiais, foi destinado o percentual de 5% das vagas nos cursos. Atualmente, o processo seletivo é realizado de forma adaptada às necessidades do candidato e indicadas no ato da inscrição.

Em entrevista realizada com gestoras e também com os estudantes inclusos, confirma-se que o acesso é um elemento de êxito no processo de implementação da política de inclusão no *campus*. Os estudantes, em sua maioria, revelaram não ter dificuldades de acesso às vagas.

Destaca-se que a reserva de vagas e o processo seletivo adaptado são apenas uma parte no processo de inclusão, deste modo, foi preciso tornar o *campus* acessível em todos os aspectos, para que os alunos inclusos possam permanecer e concluir o curso acessado.

2.2 As ações e experiências para a permanência

Sobre a permanência dos estudantes inclusos em seus cursos, Ribeiro (2016) comenta:

Alcançar os objetivos da política de inclusão implica remover barreiras no sentido de modificar a realidade das instituições de educação profissional para atender aos ideais de inclusão partindo de que a noção de inclusão [...] implica uma mudança de perspectiva educacional, na qual as diferenças sociais, econômicas, culturais, físicas e cognitivas dos estudantes passam a ser respeitadas e valorizadas. (RIBEIRO, 2016, p. 38).

É durante a permanência que se efetiva a inclusão, e, para isso, é preciso superar contradições, as quais são evidenciadas no decorrer do processo de inclusão. A superação

de contradições passa por mediações de situações nas quais se evidenciam as barreiras. Cada indivíduo apresenta um quadro específico, que demandará mediações no sentido de que a educação formal se concretize. Desse modo, as ações para garantir a permanência dos sujeitos inclusos fizeram-se construir pela instituição. Siluk e Paulo (2014) consideram ser o acesso uma não garantia de possibilidades de permanência desse público na educação escolar.

O processo voltado a atender as condições de acessibilidade, conforme destaca Gil (2006), dependerá de cada ambiente e, também, de posturas e atitudes, as quais são marcadas por movimentos e participação de todos.

Considerando a tipificação de barreiras contida no Estatuto da Pessoa com Deficiência e as dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (1997), entendeu-se no desenvolvimento da pesquisa, no instituto pesquisado, evidenciou-se que durante o processo de implementação houveram ações no sentido de eliminar barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais. Este trabalho traz na sequência as ações desenvolvidas visando a ruptura com barreiras atitudinais.

2.3 A prática rompendo com barreiras atitudinais

As barreiras atitudinais, segundo Mendonça (2013), partem de preconceitos e estereótipos, e são causa de discriminação. Assim sendo, Ribeiro destaca que “Barreiras atitudinais são atitudes e posturas que limitam as possibilidades de desenvolvimento e de relação social e interferem diretamente na educação da pessoa com deficiência” (RIBEIRO, 2016, p. 57).

Logo, no princípio da implementação, ainda não havia estudantes inclusos; as ações no sentido de romper as barreiras atitudinais foram voltadas para a comunidade do campus e concretizaram-se por meio de sensibilizações que aconteciam nos grupos de estudos. Nestes buscava-se vencer resistências, conforme registrado em entrevista à Gestora 2.

No encontro nacional da Ação TECNEP, ocorrido em 2005, em Brasília, a professora que representava a instituição foi informada sobre as primeiras temáticas sobre as quais deveriam atuar como formadores, visando à sensibilização e à formação: O que é a inclusão? Como receber na instituição as pessoas com necessidades educacionais especiais? Estas temáticas foram uma sugestão da Ação TECNEP. Os encontros aconteciam quinzenalmente, segundo a Gestora 1. Além das temáticas introdutórias, os grupos de estudos buscavam a presença de profissionais como psicopedagogos e educadores especiais, visando à formação em uma área até então pouco conhecida pela maioria dos professores e técnicos do CEFET. “As temáticas de estudos giravam em torno das dificuldades de aprendizagem, tais como dislalia, discalculia, e também versavam sobre surdez, deficiência visual e outros”. (Gestora 2).

Para romper as barreiras atitudinais no *campus*, foram realizados trabalhos diversificados, alguns de abrangência regional, buscando sensibilizar para questões da inclusão a comunidade externa à instituição. Foram realizadas oficinas com objetivo de trabalhar a inclusão de forma lúdica, e também foram realizadas palestras, visando envolver todos os servidores, estudantes e comunidade.

Desenvolveu-se o Projeto Etiqueta na Convivência com Pessoas com Deficiências, que teve duração de dois anos e meio. Esse contou com a participação de dois alunos surdos, que eram bolsistas, conforme narra a Gestora 2. O projeto, que buscava levar as pessoas a pensarem sobre as situações cotidianas das pessoas com deficiências, fez com que os participantes, que eram membros da comunidade escolar e também da comunidade externa ao *campus*, refletissem sobre as questões relativas à inclusão, de modo lúdico e descontraído.

O processo de mediações das barreiras atitudinais tornou-se um contínuo, apresentando-se como mais uma implicação da implementação da Ação TECNEP no *campus*. As formações com intenção de eliminar barreiras atitudinais mostraram-se importantes desde o início da implementação, conforme destaca uma gestora.

Assim, atualmente, a Instituição mantém formação continuada sobre inclusão educacional mantendo em constante visibilidade esta temática. Há o entendimento de que as barreiras atitudinais se manifestam junto às outras barreiras, devendo ser alvo de trabalho constante, pois os avanços para vencer as demais barreiras acontecem vencendo, antes, a primeira.

O trabalho no sentido de romper barreiras atitudinais no *campus*, entendido nessa profundidade, trouxe como implicações para a instituição a possibilidade de quebra das demais barreiras, a organização sistemática de cursos de formação na temática de inclusão e a redução de resistências, na medida do esclarecimento da comunidade.

Assim sendo, entende-se que as barreiras atitudinais são um primeiro passo rumo à acessibilidade. É necessário garanti-la antes das demais barreiras, assim como com as arquitetônicas, que são apresentadas na subseção seguinte.

2.4 A eliminação das barreiras arquitetônicas

Quanto à dimensão da acessibilidade arquitetônica, com vistas à implementação da política de inclusão, esta passou, necessariamente, pelo processo de eliminação das barreiras arquitetônicas. A Lei n.º 13.146/15 define, além de uma noção geral de barreiras, também as que são consideradas arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados (BRASIL, 2015). Sobre a acessibilidade dessa dimensão, Sasaki (1997) afirma que ela é possível quando as barreiras arquitetônicas deixam de existir nos ambientes físicos. Gil (2006) considera:

[...] as principais barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam são o preconceito, a discriminação e os ambientes sem acessibilidade, porque estes foram criados a partir da concepção idealizada de uma pessoa normal, do „homem perfeito“ [...]. (GIL, 2006, p. 1).

A importância da eliminação das barreiras arquitetônicas foi salientada desde o início da implementação. Os trabalhos, nesse sentido, começaram a ser desenvolvidos nas primeiras reuniões de formação e sensibilização, buscando refletir sobre como, na parte física, as instituições tinham que se organizar para receber as pessoas com necessidades educacionais especiais.

As primeiras ações no sentido de romper barreiras arquitetônicas foram as construções de rampas, de modo improvisado. Um dos fatores considerados relevantes para a efetivação da acessibilidade arquitetônica foi o fato de que o CEFET atuava em âmbito de educação superior, e o MEC avaliava os cursos superiores considerando uma série de dimensões para um bom desempenho, uma dessas sendo a Avaliação de Acessibilidade.

Conforme o relato da Gestora 2, no início da implementação, prevalecia a construção antiga do CEFET. A qualidade das ações no sentido de romper barreiras arquitetônicas foi conquistada com o conhecimento e a aplicação da NBR-9050, e também considerando as limitações dos alunos inclusos na instituição.

A implementação da política no *campus* procurou observar as necessidades individuais de cada estudante incluso; assim, os alunos foram convidados a falar sobre suas dificuldades, para que se pensassem ações para eliminar barreiras. A atenção a necessidades peculiares de cada aluno incluso pela equipe da instituição é também posta em relevo pelas Gestoras 2 e 3, sendo encarada como uma postura necessária e que trouxe implicações positivas.

A partir de 2008, as mudanças qualitativas que começaram com a aplicação da NBR 9050/2004 foram somadas às reuniões do NAPNE com engenheiros e arquitetos, visando construir o Plano de Acessibilidade Arquitetônica do já então Instituto Federal.

Em 2013, foi aprovado o Plano de Acessibilidade Arquitetônica e Estrutural da Instituição. Esse Plano resultou das reuniões realizadas entre os especialistas da área, os Coordenadores do NAPNE e a Coordenadoria de Ações Inclusivas. O documento determina que cada *campus* tenha, em sua estrutura, uma Comissão de Infraestrutura composta por diretor geral, diretor de ensino, coordenador de ações inclusivas ou coordenador do NAPNE, engenheiro e servidor responsável pela engenharia. Na Reitoria, ficou instituída uma Comissão de Infraestrutura geral do *campus*, composta pelos engenheiros do Instituto e por um professor de arquitetura.

A acessibilidade arquitetônica do *campus* foi registrada em diário de campo. É possível observar, desde a entrada da instituição, a ausência de barreiras arquitetônicas, evidenciando as condições de acessibilidade. Porém, o processo continua em construção.

Paralelamente, nesse processo de eliminação de barreiras, ganham relevo, também,

os trabalhos realizados no sentido de romper barreiras pedagógicas.

2.5 A experiência do campus com as barreiras pedagógicas

Sobre as barreiras pedagógicas, esclarece Mendonça

As barreiras pedagógicas são identificadas como aquelas que, incluem metodologias para a adequação das aulas ministradas pelo professor, como a adequação de técnicas, teorias e métodos, para o sucesso da aprendizagem de todos os alunos. (MENDONÇA, 2013,p.12)

A implementação da política de inclusão, no que se refere à quebra de barreiras pedagógicas, passou, necessariamente, por um processo de sensibilização dos professores e de quebra de barreiras atitudinais, pois a participação docente, no começo do processo de implementação, não foi expressiva. Visando garantir a participação nas reuniões de formação, foi estabelecida pela direção de ensino a prática da convocação, conforme revela a fala da Gestora 2: “Nós vamos fazendo, então existe o contágio, as pessoas vão se contagiando e ao mesmo tempo nós chegamos a fazer convocação com a direção de ensino, tinha que ter assinatura”. (GESTORA 2). A Gestora 4 também comenta:

Sobre a aceitação da formação dentre os servidores- olha, o que vou dizer, como é convocação está, assim, aumentando um pouco a participação, mas mesmo assim não é o número esperado como queríamos, a questão da inclusão é uma questão de todos, uma responsabilidade de todos. (GESTORA 4).

Os cursos de formação buscavam esclarecer pontos importantes do processo de inclusão educacional, pontos que tratam da concretização da inclusão escolar. No sentido de eliminar barreiras para a concretização da inclusão, Carvalho (2009) considera que os cursos de formação são importantes para que os educadores possam ressignificar suas práticas. Essas oportunidades são comentadas pela Gestora 2:

[...] nós buscamos conhecimento para saber o que é uma adaptação? O que é a flexibilização curricular? Então todo este trabalho, isto foi um aprendizado foi em oficinas, rodas de conversa trocas de conhecimento para realmente a gente buscar alternativas, estratégias de adaptações em conteúdos de professores e nós sempre fomos dessa forma, não tínhamos educador especial [...]. (GESTORA 2).

A adaptação curricular deve compreender, além dos métodos, também os recursos e as técnicas que podem ser utilizadas para melhorar as condições de aprendizagem do alunado (MENDONÇA, 2013). Essa perspectiva é definida por Carvalho como sendo “Modificações realizadas pelos professores [...] e todas as estratégias que são intencionalmente organizadas para dar respostas às necessidades de cada aluno”. (CARVALHO, 2009, p. 84).

Desse modo, a adaptação curricular esteve presente no processo de implementação da política, tendo implicações positivas e representando uma reserva de experiências para o NAPNE e para o grupo de professores.

No processo de permanência do estudante na instituição, a avaliação é um elemento importante e definidor; para isso, em âmbito nacional, a gestão central da Ação TECNEP buscou dar respostas no sentido de possibilitar o processo de avaliações por meio de uma Comissão de Avaliação.

Conforme registrado pela Gestora 2, essa Comissão da SETEC/MEC era composta por representantes ligados ao TECNEP, os quais se propunham a avaliar o processo de aprendizagem do estudante incluso no final do curso. A Comissão esteve no *campus* para avaliar o caso de um aluno com deficiência múltipla (intelectual, físico-motora e de fala). O referido estudante acessou a vaga no curso técnico, já tendo concluído o ensino médio em outra instituição. Foram realizadas adaptações curriculares e várias estratégias pedagógicas para que ele aprendesse.

Porém, destaca a Gestora 2 que a Comissão da SETEC/MEC teve muitas falhas na organização em âmbito nacional, e, logo, sua colaboração não foi expressiva para o processo de implementação da Ação TECNEP. O que se configurou como de efetivo resultado sobre o processo avaliativo concretizou-se internamente com as ações e experiências da instituição.

Outras adaptações foram utilizadas para realizar as avaliações, como o uso do *software* leitor de telas, no caso de deficiência visual; a construção de uma programação visual para cegos; *sudoku*; alto relevo e outros. Destaca-se que a participação dos professores na construção do processo educacional passou e passa por um aprender a ensinar para incluir. As contradições do processo de construção das avaliações são evidenciadas durante o próprio processo, conforme relata a Gestora 2: “[...] nós passamos todo um trabalho com os professores vendo formas de fazer, com trabalhos diários contínuos em cima dos conteúdos e da boa vontade do professor e criatividade [...]”. (GESTORA 2).

Salienta-se, ainda, que, no processo de mediações de barreiras pedagógicas, a flexibilização curricular apresentou-se como um eficiente instrumento da inclusão educacional. Durante a implementação da política de inclusão Ação TECNEP, foi evidente a importância da flexibilização para a permanência e para a conclusão. Essa noção alcançou âmbito institucional, concretizando-se no PDI e nos PPCs, constituindo uma implicação importante do processo de implementação da política de inclusão.

2.6 As barreiras comunicacionais

As barreiras comunicacionais também são parte importante do processo de inclusão, sendo definidas e exemplificadas por Mendonça (2013) como obstáculos, referentes à adequação de códigos e sinais às necessidades especiais. É o caso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para pessoas surdas e do Braille que os cegos utilizam para escrita e leitura (MENDONÇA, 2013). A Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 define:

B) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (BRASIL, 2015, p. 2).

O processo de eliminação de barreiras comunicacionais, no *campus*, começou quando ainda era CEFET. Com o ingresso do primeiro estudante com deficiência auditiva no Curso Superior de Informática, evidenciou-se a primeira barreira comunicacional. Conforme relato da Gestora 1, não havia servidores efetivos com formação de intérprete; os professores buscaram efetivar o ensino por meio da escrita em português, porém, depois de muitas dificuldades, o estudante pediu transferência.

Logo, houve necessidade de formação, e os gestores do NAPNE buscaram parcerias com várias instituições. Dessas parcerias, resultou uma capacitação em Libras para a comunidade do *campus*, sendo capacitadas 75 pessoas em três edições do curso.

Outro elemento importante para romper as barreiras de comunicação foi a tecnologia. O NAPNE adquiriu instrumentos que possibilitavam o aprendizado, como a impressora em braile. Esta tornava possível imprimir todo o material necessário ao aprendizado dos deficientes visuais. Também foram adquiridos um *software* leitor de tela para deficientes visuais, *notebooks*, material em alto relevo e outros. Desse modo, quanto à acessibilidade comunicacional, as ações e as experiências implicaram formação da comunidade em Libras e aquisição de equipamentos, bem como aquisição de piso tátil.

As experiências de inclusão e permanência levaram os alunos inclusos à conclusão dos cursos acessados; assim, a próxima seção traz os dados de conclusão auferidos com o processo de implementação da Ação TECNEP.

2.7 Experiências de conclusão

A conclusão dos cursos acessados implica que esses alunos adquiriram a formação desejada durante sua trajetória de estudos no *campus*. Os dados de conclusão foram disponibilizados pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA) do *campus*.

Os registros de conclusão de quando o *campus* era CEFET foram disponibilizados, porém não consta a data de conclusão no curso acessado pelos estudantes. Seguem as informações no quadro 1.

Estudantes	Curso acessado	Deficiência
João	Técnico em Informática	Física
Pedro	Tecnólogo em Análise de Sistemas	Auditiva
Luca	Técnico em Informática	Física
Felipe	Tecnólogo em Análise de Sistemas	Física
Cristian	Técnico em Informática	Física
Carlos	Técnico em Informática	Física
Lucas	Técnico em Agricultura	Auditiva e visual

Quadro 1 – Dados de conclusão de curso por alunos incluídos na época do CEFET

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados de conclusão de quando a instituição passou a ser Instituto Federal foram disponibilizados com os anos de ingresso e de conclusão dos estudantes, conforme apresentados no Quadro 2.

Estudante	Curso	Ano de ingresso	Ano de conclusão
João	Técnico em Zootecnia	2008	2010
Felipe	Técnico em Informática	2008	2010
Carlos	Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2011	2016
Pedro	Curso Técnico em Informática	2009	2011
Maria	Curso Técnico em Vendas – Modalidade EJA – Profissionalizante	2011	2014
TOTAL			5

Quadro 2 – Dados de conclusão de curso por alunos incluídos de quando a instituição passou a Instituto Federal.

Fonte: Elaborado pela autora.

Estudante	Curso	Ano de ingresso	Situação
Norberto	Técnico em Secretariado	2014	Desistente
Douglas	Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2013	Cancelado
TOTAL			2

Quadro 6 – Alunos que ingressaram, mas não concluíram cursos

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos dados sobre as ações e as experiências de inclusão, permanência e conclusão dos estudantes, sujeitos da política pública Ação TECNEP, mostram que os três pilares elementares dessa política foram implementados. Desse modo, evidencia-se a concreta implementação da política de inclusão Ação TECNEP no campus pesquisado.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada intitulada “Política de Inclusão e seus pilares: a experiência de uma Instituição” apresentou um contexto muito rico em seu desenvolvimento. As implicações da implementação da política de inclusão evidenciaram-se durante o processo de pesquisa, permitindo construir várias percepções do processo de inclusão.

A inclusão, no *campus* da Instituição pesquisada, foi uma construção, tendo em vista o início da implementação que, enquanto existia o CEFET, acontecia por meio da comprovação do grau de instrução. Logo, quando a instituição passou a ser Instituto Federal, foi implementada a reserva de vagas de 5 % das vagas por curso, com o processo seletivo adaptado. As entrevistas realizadas com os estudantes que prestaram processo seletivo por meio das cotas de inclusão evidenciaram que eles não tiveram dificuldades em realizar as provas adaptadas.

Analisando as ações e as experiências de inclusão, visando identificar as ações implementadas, considera-se que estas trouxeram implicações para a instituição, tais como reserva de vagas, processo seletivo adaptado e necessidade de mediar meios de permanência dos estudantes.

No processo de implementação, a política de inclusão Ação TECNEP revelou, durante a pesquisa de campo, que, para sua concretização, foi imprescindível a mediação de barreiras, visando garantir a permanência dos estudantes nos cursos acessados. Desse modo, a mediação de barreiras aconteceu em movimento contínuo, passando pela mediação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais. Evidenciou-se que, para possibilitar a mediação das demais barreiras, fez-se necessário iniciar pela atitudinal.

Este trabalho trouxe reflexões acerca do processo de inclusão a partir dos pilares da política de inclusão em EPT Ação TECNEP, com vistas a construir uma análise sobre o desenvolvimento desta política de inclusão. Desse modo, conclui-se com base nos dados erigidos durante a pesquisa, que a implementação dos pilares da política de inclusão foram concretizados no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia pesquisado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria n. 29, de 25 fevereiro de 2010. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, Seção 2, p. 18-19, 25 fev. 2010. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2011315145056296portaria_tecnep.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para aprendizagem**: Educação Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Luciane Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Ar0074med, 2007.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 75-100.

GIL, M. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal**: tudo a ver. 22 out. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/martagil#301>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MENDONÇA, A. A. S. Escola Inclusiva Barreiras e Desafios. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 4-16, 2013.

RIBEIRO, M. D. **Barreiras Atitudinais**: obstáculos e desafios à Inclusão de Estudantes com Deficiência no Ensino Superior. 2016. 114 p. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Federal de Pernambuco, CE, 2016.

SILUK, A. C.; PAULO, M. M. Promoção da Aprendizagem e Acessibilidade. In: SILUK, A. C. (Org.). **Atendimento Educacional Especializado**: Processos de Aprendizagem na Universidade. 1 ed. Santa Maria: UFSM, CE, 2014. p. 171-180.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Tecnep 24, 25

Afrodescendência 36

Alfabetização 10, 44, 47, 49, 79, 133, 134, 207, 208, 209, 211, 218, 246, 295

Ambiente virtual de aprendizagem 193, 196, 198, 199, 201, 202, 203

Ana 8, 10, 12, 55, 87, 122, 129, 149, 159, 177, 181, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

Aprendizagem ao longo da vida 159, 160, 161, 167

Aprendizagem Significativa 252, 283, 286, 287, 294

Arte 18, 21, 22, 113, 116, 119, 120, 122, 127, 128, 133, 142, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 249

Atendimento Domiciliar 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53

Avaliação 29, 31, 55, 60, 90, 133, 137, 144, 146, 151, 163, 164, 165, 177, 188, 192, 194, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 224, 225, 226, 228, 229, 230

B

B-learning 159, 160, 163, 164, 165, 168

C

Cidade 4, 21, 52, 62, 66, 74, 82, 91, 93, 94, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 170, 174, 177, 180, 181, 244, 250, 251, 255, 257, 289

Ciência Química 80, 81, 82, 84

Concepções 51, 52, 80, 81, 82, 84, 85, 99, 142, 184, 192, 194, 219, 221, 237, 249, 251, 272, 286, 288, 291

Corpo 4, 39, 68, 80, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 234

Cotidiano 2, 4, 5, 7, 16, 49, 74, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 90, 101, 102, 103, 105, 106, 109, 110, 122, 135, 219, 220, 243, 285, 288

Covid-19 62, 63, 67, 70, 71, 166, 178, 192

D

Deficiência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 150, 151, 156, 157, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 219, 221, 222, 223, 226, 227, 229, 230, 241

Deficiência Intelectual 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 205, 227

Desafios 5, 35, 52, 53, 54, 55, 62, 70, 72, 78, 79, 85, 103, 160, 164, 167, 168, 181, 184, 186, 227, 230, 233, 236, 238, 240, 241, 244, 255, 270, 277, 280

Desigualdade Racial 36, 39, 40, 42

Dificuldades 2, 3, 4, 7, 23, 26, 27, 29, 32, 34, 36, 38, 39, 40, 55, 56, 58, 59, 60, 91, 107, 145, 168, 197, 242, 279, 288

Docência 36, 41, 42, 46, 52, 54, 55, 57, 60, 77, 129, 131, 133, 187, 195, 196, 198, 200, 201, 202, 205, 295

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 35, 41, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 54, 62, 64, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 85, 86, 87, 99, 101, 111, 119, 127, 129, 131, 132, 133, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 159, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 186, 187, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 208, 210, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 238, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 275, 276, 278, 279, 282, 293, 295

Educação Básica 1, 9, 12, 14, 17, 40, 44, 46, 47, 51, 77, 129, 131, 133, 150, 151, 157, 183, 208, 210, 218, 223, 225, 230, 246, 247, 248, 250, 253, 267, 276, 278, 281, 282, 284, 295

Educação Contemporânea 244

Educação do campo 72, 73, 75, 78, 79

Educação Especial 1, 4, 5, 6, 8, 10, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 201, 205, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 242

Educação Especial Inclusiva 44

Educação Integral 12, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 246, 247, 248, 251, 253, 254, 263, 264, 266

E-Learning 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168

Ensino Online 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167

Ensino Presencial 62, 64, 65, 66, 70, 195

Ensino Remoto Emergencial 182, 183, 185, 192, 193

Ensino Secundário 231, 233, 234, 235, 238, 258, 259, 260, 261, 262, 264

Ensino Superior 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 62, 71, 103, 131, 132, 133, 149, 150, 159, 160, 167, 168, 193, 198, 202, 235, 244, 260, 262, 264, 265, 295

Escola de tempo integral 250

Estágio em docência 55

F

Figuração 219, 221, 222, 223

Formação de competências 270, 271, 277, 278, 279, 280, 282

Formação de professores 14, 23, 59, 60, 76, 129, 132, 142, 147, 149, 195, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 268, 295

G

Geografia 87, 89, 90, 91, 92, 98, 99, 101, 115, 155, 181, 282

Gestão Escolar 129, 131, 133, 153, 154, 196, 209, 219, 221, 223, 224, 244

Graffiti 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

H

História da educação 231, 255, 256, 258, 263, 265, 267, 268

História em quadrinhos 87, 92

I

Imagens 65, 82, 84, 89, 90, 91, 96, 97, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 119, 120, 122, 126, 127, 128, 169, 178, 186, 187, 188, 191

Inclusão 2, 3, 5, 6, 9, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 40, 44, 53, 54, 73, 90, 129, 133, 152, 153, 157, 158, 186, 189, 198, 199, 200, 203, 208, 226, 229, 231, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 249

J

Jovens universitários 101, 102, 103

L

Letramentos Acadêmicos 129, 134, 136, 137, 138, 142

M

Manifesto dos pioneiros 268

Matemática 77, 79, 85, 133, 155, 194, 207, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246, 283, 284, 286, 289, 295

Metodologia Ativa 283

Moçambique 231, 232, 234, 236, 238

Moodle 133, 165, 166, 182, 183, 187, 188, 191, 192, 193, 204, 269

P

Pandemia 62, 63, 65, 66, 67, 70, 166, 178, 183, 185, 190

Políticas Públicas 4, 24, 36, 38, 47, 51, 73, 75, 76, 79, 151, 207, 208, 210, 229, 282

Prática Pedagógica 10, 46, 47, 71, 158, 188, 189, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Processo Ensino-Aprendizagem 62, 65, 90, 98, 99, 193

Professor 6, 7, 10, 12, 15, 17, 21, 29, 30, 31, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 56, 58, 59, 60, 71, 77, 90, 98, 99, 122, 137, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 154, 155, 156, 157, 182, 184, 185, 186,

187, 191, 192, 193, 198, 200, 210, 227, 231, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 270, 276, 281, 289, 292, 295

Programa Mais Educação 21, 244, 245, 246, 247, 251, 252, 253, 254, 267

Projeto Político Pedagógico 57, 72, 74, 76, 77, 79, 145

R

Robótica Educacional Livre 283, 286, 288

S

Saberes e Docência Virtual 196

Sensibilidades 240

T

Tecnologia Assistiva 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 150, 151, 157

Tecnologias digitais de informação e comunicação 153, 154

Tensão 134, 138, 219, 220, 224, 225

Teoria Histórico-Cultural 44, 48, 53

Trabalho 4, 8, 10, 14, 19, 20, 24, 27, 28, 30, 31, 34, 36, 43, 49, 50, 52, 54, 55, 58, 59, 64, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 85, 91, 92, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 113, 117, 119, 129, 130, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 151, 153, 156, 159, 161, 162, 166, 167, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 178, 197, 198, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 219, 221, 225, 226, 227, 236, 240, 244, 245, 246, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 259, 264, 266, 267, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 286, 288, 289

Trabalho de conclusão de curso 43, 140

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

2